

Dezenove milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e sete empregos e políticas públicas: buscando avançar além da conjuntura*

*Duilio de Avila Bêrni***

Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUCRS e Doutor em Economia pela Oxford University.

*Eduardo Grijo****

Economista da AGERGS e Mestre em Economia pelo PPGE-PUCRS.

Resumo

Este artigo discute as conseqüências econômicas de mudanças no padrão de distribuição da renda, no Brasil, transferindo recursos das classes de renda mais alta a 20 milhões de trabalhadores presentemente desempregados. Argumenta-se que é excessivo otimismo pensar que, dada a relação capital/trabalho já alcançada pela economia brasileira, esse montante de excedente de mão-de-obra receba oportunidades de emprego no setor formal da economia. O mecanismo aqui proposto, destinado a garantir a absorção desse contingente populacional, consiste na criação do chamado Serviço Municipal. Este define-se como um conjunto de instituições voltadas à criação de emprego e oferta de serviços de baixo conteúdo de capital, por unidade de produção, principalmente às famílias (segurança, saúde, cuidados com crianças e velhos), mas também a auxiliar a manter os serviços urbanos organizados.

* Ensaio apresentado à mesa Mundo do Trabalho, do X Encontro Nacional de Economia Política, realizado na Unicamp, entre 24 e 27 de maio de 2005, pela Sociedade Brasileira de Economia Política. Os autores agradecem aos participantes da mesa pela acolhida e aos Professores Adalmar Marquetti, Adelar Fochezatto e José Antonio Fialho Alonso pelos comentários às idéias que presidiram a redação inicial, isentando-os das imprecisões que, por desventura, permaneçam. Por fim, agradecem aos pareceristas anônimos da revista **Indicadores Econômicos FEE**.

** E-mail: daberni@pucrs.br

*** E-mail: grijo@agergs.tche.br

Palavras-chave

Mercado de trabalho; excedente de mão-de-obra; serviço municipal.

Abstract

The paper discusses the economic consequences of a change in the pattern of income distribution in Brazil, shifting resources from the upper classes to 20 million unemployed workers. It is argued that it is exaggerated optimism to expect that, given the capital/labour ratio already achieved by the Brazilian economy, this amount of surplus labour will see employment opportunities in the formal sector of the economy. The mechanism designed to absorb this enormous amount of labour is the formation of the so-called County Service, defined as an ensemble of institutions devoted to create employment and provide low capital contents services mainly to households (security, health, care with children and elder) but also to help to maintain the urban services tidy.

Artigo recebido em 8 mar. 2005.

*“ Human development has to occur prior to
or simultaneous with improvements in economic growth,
if a country is to reach a virtuous cycle.”
(Ramirez; Ranis; Stuart, 1998)*

*“Um homem se humilha, se castram seus sonhos.
Seu sonho é sua vida, e a vida é trabalho.
E sem seu trabalho, um homem não tem honra.
E sem sua honra, se morre, se mata.”
(Gonzaguinha)*

1 - Considerações iniciais

Em 1973, a crise do petróleo encerrou a Era Dourada dos países capitalistas avançados, um período de quase 30 anos com crescimento acelerado de seu PIB. Por essa época, o PIB brasileiro experimentava um crescimento vigoroso, o que oferecia perspectivas otimistas sobre o desenvolvimento

socioeconômico nacional. Ainda que os 0,55 do Índice de Gini da distribuição da renda calculados com os dados do **Censo Demográfico de 1970** postassem o País entre os mais desiguais do mundo,¹ considerava-se que a industrialização pesada que se acelerou a partir dos anos 50 e o creative drive da brasilidade tudo iriam compensar. Seriam geradas rendas *per capita* próximas às das economias centrais, e, no devido tempo, a distribuição tornar-se-ia igualitária, pois os mercados de fatores se encarregariam de sinalizar a precificação adequada. O crescimento “milagroso” do PIB entre 1967 e 1973 estancou alguns anos depois, quando se ampliou a drenagem da poupança nacional para os países que contribuíram para o financiamento do crescimento no período assim findante. Todavia pensar que cataclismos dessa natureza obrigatoriamente deixarão seqüelas eternas é exagerar o sentimento de pleonexia nacional, ou seja, o desejo sentido pelo indivíduo ou grupo de receber mais do que a parte que lhe atribui a sociedade.

Mesmo que uma parcela do tamanho geográfico e econômico do Rio Grande do Sul fosse deslocada do território nacional, o “resto do Brasil” perderia cerca de 8% do PIB, mas restariam 92% intocados. Em poucos períodos de crescimento errático ou em dois anos de crescimento de 4,3% a.a., o que é um requisito inferior à média histórica do crescimento do PIB do Brasil, o índice de 100 voltaria a ser alcançado. Por analogia, a remessa de juros e *royalties* ao exterior pode comprometer o nível do PIB em menos de 8%, em dado período, mas não representa maldição permanente, pois o próprio crescimento econômico pode superá-la. Nesse contexto, não pode passar sem ser dito que o pagamento de frações da dívida externa assumidas em condições de corrupção é uma prova de fraqueza institucional, pois o ponto aqui levantado é diverso da aceitação pacífica do atual endividamento. O que se busca enfatizar é que, qualquer que seja a fração do PIB deixada para ser alocada pela sociedade brasileira, haverá opção de aplicação com contornos mais ou menos igualitaristas.

Todavia o traço característico dos últimos 30 anos foi que, mesmo com a crescente concentração da renda e do consumo, o sistema foi incapaz de gerar um estilo de crescimento-distribuição em que taxas de poupança mais robustas se associariam à elevação substantiva da componente local do investimento nos setores produtivos. Ainda que se tenha incorporado à questão do desenvolvimento socioeconômico a preocupação ambiental, o desempenho produtivo da sociedade brasileira não incorporou o fator humano.

¹ Em estudo recente, usando metodologias diversas das adotadas pelo Banco Mundial, Milanovic (2002) referenda os dados já conhecidos, confrontando-os com índices de consumo *per capita*.

Nas linhas abaixo, procura-se argumentar que, havendo 20 milhões de desempregados no Brasil, o que não há são os recursos para absorvê-los com a relação capital/produto vigente na economia brasileira contemporânea². Argumenta-se que uma solução possível para a absorção desse contingente que potencializa consumo e produção consiste na criação do Serviço Municipal³, custando, ao País, 5% do PIB, financiando-se com o Imposto de Renda. Sugere-se que o emprego desses 20 milhões de trabalhadores no Serviço Municipal aumenta a produtividade agregada do sistema, sem reduzir a disponibilidade de serviços de baixa qualificação prestados às famílias ou às empresas. Associando-se aos 5% do excesso de arrecadação pública sobre seus gastos (exceto pagamento de juros), a equação pública permanecerá equilibrada, se o Imposto de Renda progressivo tiver sua alíquota elevada, abarcando 10% das rendas de 10% dos indivíduos mais ricos. Conclui-se argumentando que distribuições de renda de corte igualitário podem reduzir a pleonexia das classes alta e média, servindo mesmo para elevar os incentivos ao trabalho e minimizar as atividades improdutivas e de *rent-seeking*⁴.

2 - Distribuição

Em qualquer sociedade que não apresentasse a troca como ato voluntário, e particularmente a troca de mercadorias, não haveria divisão do trabalho, especialização, crescimento da produtividade ou maior disponibilidade de bens e serviços por habitante. Havendo troca intermediada pelo dinheiro, dizem os

² Lidando com o conceito de “trabalho decente”, Pochmann *et al.* (2005, p. 101) apontam um déficit de ocupações para 27,8% da População Economicamente Ativa, o que, segundo eles, requer a criação de 22 milhões de empregos. Os 20 milhões de empregos aqui referidos constituem o dobro daquele acenado ao País no manifesto eleitoral que levou à constituição do Governo Lula. A PNAD de 2003 menciona 8.537.033 desempregados (IBGE, 2004), um peculiar conceito de desemprego, pois, acrescentando os funcionários públicos aos trabalhadores portadores de *working permit*, não se alcançam 33% da População Economicamente Ativa.

³ Define-se aqui Serviço Municipal como um conjunto de instituições de base regional voltadas a absorver a mão-de-obra excedente, direcionando-a ao atendimento das necessidades sociais, desde a coleta e seleção do lixo urbano, passando pelo cuidado de crianças e velhos e pela zeladoria das florestas e águas internas, até o auxílio à manutenção da segurança pública. As “frentes de trabalho” periodicamente criadas no Nordeste do Brasil, a “renda mínima” instituída na legislação e os programas Bolsa-Escola, Fome Zero, Bolsa Alimentar, Vale-Gás e Cartão Alimentar constituem embriões (ao serem despidos da corrupção) do Serviço Municipal.

⁴ Detalhes sobre esse ponto podem ser encontrados em Baumol (1990).

economistas neoclássicos extremados, no devido tempo e sem a intervenção governamental, o melhor dos mundos será alcançado. Antes deles, os economistas clássicos diziam que a troca desencadeia (e responde a) um sistema de preços que também organiza a distribuição dos resultados do esforço produtivo humano voltado à produção de bens e serviços. Um inarredável fato econômico da atualidade brasileira é que a troca intermediada pelo dinheiro não tem trazido os melhores resultados para a vida societária. Assaltos, acidentes de trânsito, tráfico de drogas e prostituição infantil são sintomas de ineficiências tanto no sistema produtivo quanto nos arranjos distributivos a ele acoplados, todos engendrados pelos tomadores de decisões político-econômicas. Tantas são as variáveis envolvidas para esbater tais mazelas, que a vitória implicará a promoção da elevação do padrão de vida das massas como o traço distintivo entre a economia estagnada dos últimos 25 anos para a sociedade dinâmica *cum* redistribuição. Em particular, dada a incapacidade do livre jogo das forças de mercado de encaminhar soluções, muitos apontam a necessidade de criação de políticas econômicas destinadas a fortalecer o dinamismo do sistema. No presente ensaio, busca-se argumentar que, no Brasil, o crescimento não vai gerar redistribuições substantivas,⁵ e que estas apenas ocorrerão em resposta a políticas governamentais profundamente direcionadas à redução da desigualdade.

No Brasil contemporâneo, muitos investigadores associam as mazelas sociais à “hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo”, mas o pensamento estruturalista dos anos 70 sempre deu maior destaque à relação entre as diferentes dimensões do sistema econômico. Para ele, a estrutura produtiva determina o perfil de distribuição da renda. Esta, por seu turno, cria padrões de consumo específicos, que vão influenciar a produção, num círculo interminável de múltiplas determinações. Mais incomum é incorporar-se a essa cadeia de causas o fator demográfico, que deve inserir-se nas três dimensões do trabalho social utilizado pelo sistema.⁶ Trabalhadores e capitalistas exercem seu esforço na esfera da produção, transformando insumos em produtos, ao utilizarem terra e bens de capital. Os agentes cujas habilidades forem assim

⁵ A marca registrada sobre a relação entre crescimento e distribuição da renda encontra-se em Kuznets (1955). Uma visão moderna encontra-se no artigo de Fajnzylber (1988), seguida de Ramirez, Ranis e Stewart (1998). Este último deu origem à primeira epígrafe do presente trabalho.

⁶ Nomeadamente, a produção de valores de uso, seu dual como valores de troca e sua síntese na forma do valor das mercadorias. Mais detalhes sobre esse ponto e seus circuitos de mensuração (respectivamente, quantidades, preços e horas de trabalho) podem ser encontrados em Bêni (2003).

empregadas participarão do processo distributivo, credenciando-se a exercer suas preferências sobre diferentes cestas de consumo. Os desempregados são peremptoriamente excluídos dessa relação de causação, devendo contar com mecanismos distributivos familiares ou governamentais, a fim de continuarem a buscar oportunidades de inserção/reinserção na matriz produtiva do sistema econômico. Mas os próprios trabalhadores empregados, ao reterem uma fração de apenas 40% do PIB, contrastam com os dos países capitalistas avançados. Estes retêm 70% de uma renda *per capita* superior em entre seis e 10 vezes à do PIB brasileiro. Na economia com *surplus labour* (Lewis, 1954; Ramirez; Ranis; Stewart, 1998), é impossível mudar essas relações: tanto elevar os 40%, quanto *catch up* com a renda *per capita* mais elevada.

Hoje, os limites do dinamismo industrial já são claros, mesmo em um país de renda média como o Brasil, cuja reestruturação nos anos 90 destruiu dois milhões de postos de trabalho, como apontam as novas **Contas Nacionais do Brasil** (IBGE, 2000; 2001). Mesmo em 2004, com o crescimento de 5,2% do PIB e — que seja — a criação de menos de dois milhões de empregos, o excedente de mão-de-obra manifestou-se com a indicação de que 10% dos postos de trabalho pagaram taxas de salário iguais ou inferiores à mínima legal. A exemplo da trajetória secular da agricultura, observa-se, nos anos recentes, a perda relativa de importância do PIB industrial, ainda que mantendo a liderança absoluta na produção de bens. Pode-se sugerir que a antítese do movimento industrial reside precisamente no deslocamento do emprego para os serviços. Suas tradicionais e limitadas perspectivas de aumento da produtividade fizeram Baumol (1967) criar a encantadora imagem do quinteto de cordas. Por mais que se eleve sua produtividade, haverá um limite para os ganhos do numerador, de sorte que novas conquistas seriam realizadas apenas com mudanças no denominador, o que implicaria transformá-lo num quarteto...

Notoriamente, o Brasil apresenta um sistema produtivo cujo desempenho nos últimos 100 anos deu todas as mostras de vigor, na maior parte do tempo. Mesmo em períodos recentes, com grande instabilidade na geração de renda, as quedas conjunturais nunca excederam 5% do PIB. Todavia esse aparato comporta uma proverbial incapacidade de absorver integralmente a População Economicamente Ativa. O divórcio entre a dimensão demográfica do sistema socioeconômico-ambiental e sua dimensão produtiva não se parece encaminhar para uma solução criativa, pois os tomadores de decisão dificilmente vão renunciar à utilização de tecnologias modernas essencialmente poupadoras de mão-de-obra. Para um país que vive em luta intestina — essa guerra branca que devasta seu já deficiente desenvolvimento humano —, surpreende que o economicismo assuma a liderança na discussão. Fala-se que as mazelas

sociais do País seriam pensadas, caso os sucessivos governos centrais dessem o corte adequado a suas políticas de indução do investimento. Seriam, alega-se, acionadas a taxa de juros e a promoção de exportações, buscando a modernização por meio de uma taxa de câmbio que incentivasse as importações de bens de capital. Tudo é explicado como se o emprego fosse uma variável de resposta dócil às variações nos níveis de produção estimulados por juros e câmbio adequados: investe-se aqui e exporta-se para acolá. Aumenta a demanda agregada, e, *ipso facto*, aumenta o emprego.

Em 2004, câmbio baixo e juro alto associaram-se ao crescimento de 5,2% no PIB. Paradoxo à vista: o movimento das exportações alcançou *récorde* extraordinários, mesmo com o câmbio baixo. Mais ainda: a formação da poupança nacional não dá sinal de reagir ao juro alto. De fato, mesmo juros em nível das maiores taxas planetárias não oferecem otimismo ao investigador isento, a julgar pelos menos de 20% do PIB que representam a atual propensão média a poupar.

Houve absorção de menos de dois milhões de trabalhadores no mercado formal, o que é uma boa notícia, mas ela não pode ser comemorada sem que se lembre que o contingente de desempregados foi abalroado apenas de leve com essas cifras. Estima-se que mais da metade desses empregos já nasceu em condições insatisfatórias, e sequer se está falando que três milhões de jovens estariam a aportar no mercado de trabalho, em 2004. Obviamente, condições insatisfatórias de emprego, particularmente o emprego informal, incluem as profissões de sicários, traficantes de drogas e proxenetas.

As ineficiências distributivas do sistema são significativas, mas têm o ponto de destaque no setor bancário. Tal é visível quando se observa sua lucratividade, comparando-a com os cânones da eficiência alocativa, situação em que o preço é igual ao custo marginal. Se os lucros extraordinários assim criados são indesejáveis sob o ponto de vista da sociedade, esta deve desincentivar sua apropriação privada por meio de ação institucional, o que deve ser sinalizado com a cobrança do Imposto de Renda progressivo sobre este. Por outro lado, quando há prejuízo, obviamente tampouco há eficiência alocativa, mas, nesse caso, o mercado encarrega-se de resolver o problema. As firmas que geram prejuízos não acumulam capital: quebram, fundem-se ou são incorporadas por outras mais eficientes. Mesmo nos casos de corrupção, que a sociedade não se dispõe a gastar recursos para coibir, as distorções podem ser resolvidas com o Imposto de Transmissão de Bens Inter-Vivos e Heranças.

3 - Emprego

Com ou sem mercado de trabalho, a atividade produtiva sempre tomou uma parte significativa do tempo de vida humana. Tal foi assim mesmo nas hordas nômades e em sua transição para a Revolução Agrícola. Menos de 100 séculos após sua consolidação, esta deu lugar à Revolução Industrial, em pleno vigor do capitalismo comercial, quando o mercado de trabalho passou a assumir crescente importância na distribuição do excedente econômico. Além desse fato, outro aspecto importante do capitalismo industrial foi sua intrínseca tendência a aproveitar as vantagens da produção em larga escala e elevar extraordinariamente a produtividade do trabalho. Da tecnologia do vapor associada a seu início, o capitalismo industrial ingressou em nova fase, no princípio do século XX, hoje chamada de fordismo, que se caracterizou pela crescente substituição do vapor na geração de energia, dividindo o trabalho e oferecendo-lhe novos aumentos na produtividade. A crise do petróleo de 1973 trouxe um abalo na forma de utilização da energia proveniente do motor à combustão interna. Poucos anos após, começaram a acelerar-se os desenvolvimentos observados, desde os anos 40, nas tecnologias de processamento de informação. A Revolução Microeletrônica, associando-se ao desenvolvimento do capitalismo no Japão, criou o fenômeno da desindustrialização, diagnosticado inicialmente na Inglaterra. Esta consiste tanto no aumento da produção da indústria de transformação quanto das exportações de manufaturados e na queda simultânea do emprego industrial.

Mas não é de hoje que essa constatação tomou conta dos países capitalistas avançados. Durante a Era Dourada, pensou-se que a visão de Keynes, expressa ainda antes da Grande Depressão de 1929, teria sido superada. Mesmo nesse período, a participação do Governo no mercado de trabalho e a redução da jornada foram essenciais para a pacificação da vida civil. Ou seja, prossegue tendo ampla validade o que disse Keynes (1984, p. 154):

“Estamos sendo atingidos por uma nova doença, a respeito da qual alguns leitores ainda podem não ter ouvido falar, mas sobre a qual ouvirão muito nos próximos anos — ou seja, o **desemprego tecnológico**. Isto significa um desemprego causado pela nossa descoberta de meios para economizar o emprego do trabalho a um ritmo maior do que aquele pelo qual conseguimos encontrar novas utilizações para a força de trabalho.

“Trata-se, porém, de apenas uma fase temporária de desajustamento. Afinal, tudo isto significa que **a humanidade está resolvendo seu problema econômico**. Eu prediria que o padrão de vida nos países

progressistas será, daqui a 100 anos, entre quatro e oito vezes maior do que o atual. E não seria absurdo considerar a possibilidade de um progresso ainda maior”.

Entendendo que, nas sociedades capitalistas, a ligação mais estreita entre produção de riqueza e sua distribuição emerge do funcionamento do mercado de fatores de produção, em fascinante e dolorosa frase de efeito, Joan Robinson teria dito que, nesse contexto, é melhor ser explorado do que não sê-lo. Ser explorado significa, dadas certas premissas, ter emprego, o que converte a ocupação da mão-de-obra na variável central do igualitarismo. Com efeito, capitalismo significa dominância do mercado de trabalho para definir uma das questões fundamentais da economia: para quem produzir (ou como distribuir a produção). Obviamente, nas sociedades organizadas, a distribuição primária da renda, engendrada pelo mercado de fatores de produção, não exclui outras formas importantes para a distribuição secundária. Com efeito, no próprio embate da distribuição funcional, o governo credencia-se a parte do produto, cobrando impostos dos fatores efetivamente alocados e dos consumidores credenciados pelo poder de compra.

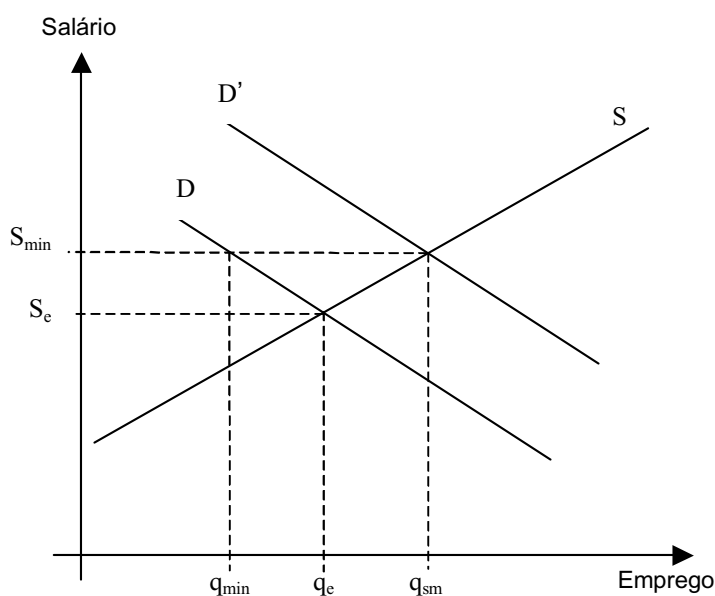
Duas definições importantes da vida societária são estabelecidas especificamente no mercado de trabalho. A primeira diz respeito à distribuição funcional da renda. Nesta, os capitalistas brasileiros têm levado a melhor sobre a classe trabalhadora, comparativamente às *shares* vigentes nos países capitalistas avançados. Ainda que, como se referiu acima, a distribuição de lucros seja desigual para as diferentes frações do capital produtivo, há sinalização para a presença de ineficiências alocativas em vários setores. A segunda definição crescentemente trazida pelo desenvolvimento do capitalismo acompanha a característica do mercado de trabalho de manifestar sua lei da equidade: os salários tendem a se equalizar, apesar de a produtividade ser diferente entre os diferentes setores.

Todavia, no Brasil, menos do que essa lei de equidade à *la* Adam Smith, o que se vê nos índices de desigualdade dos salários extremamente elevados é a manifestação da economia com excedente de mão-de-obra de Arthur Lewis. Fatores como a distribuição do excedente entre salários e lucros, a contribuição dos mercados de trabalho na agricultura e nos serviços, a crescente participação feminina e a ilusão monetária provocada pela inflação nos dados de períodos dilatados apontam correlações negativas entre a produtividade do trabalho e o salário médio. Esses resultados, em nível do detalhamento setorial, constituem o elogio da eficiência produtiva do sistema econômico brasileiro, cabendo aos setores agrícola e industrial sua desqualificação distributiva.

Claramente, políticas localizadas no mercado de trabalho, como a criação e a manutenção do salário mínimo, podem ser úteis em países com conste-

lações de fatores produtivos diversas das vigentes na economia brasileira e nas demais economias portadoras de excedentes populacionais relativamente à capacidade de absorção pelos setores produtivos. Neste último caso, elevações incrementais e sucessivas no salário mínimo não são eficazes como elementos indutores do aumento da produtividade do sistema. Com efeito, a Figura 1 exibe uma alegoria da situação planejada de um mercado de trabalho antes e depois da fixação do salário mínimo.

Figura 1



A quantidade de trabalhadores q_e equilibra o mercado de trabalho a uma taxa de salário determinada. A fixação do salário no nível $S_{\min}$ tem a implicação de reduzir a quantidade procurada por trabalho para $q_{\min}$, o que causará dois tipos de choques alternativos ao igualitarismo. O primeiro diz respeito ao movimento ocorrido na massa de salários da economia, ou seja, da participação dos trabalhadores na renda. Dependendo da elasticidade da curva de procura por trabalho no momento estudado, tal participação pode crescer, aumentando a desigualdade entre os trabalhadores, mas também pode cair, aumentando a desigualdade entre trabalhadores e capitalistas. O segundo é

claramente ilustrado na Figura 1: redução da quantidade $q_c - q_{\min}$ no número de trabalhadores empregados, por si só reduzindo as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Por contraste, caso a curva de demanda por trabalho seja deslocada de D para D', a quantidade q_{SM} é alcançada mesmo ao valor do novo salário mínimo $S_{\min}$, no caso de a curva de procura por trabalho deslocar-se para a direita.

Ou seja, no Brasil, tentar melhorar as condições de vida da classe trabalhadora com o instituto do salário mínimo, associado à desesperada busca por parte dos trabalhadores aposentados de manterem seus ganhos reais frente à explosiva inflação que vigorou durante o quarto de século posterior à crise do petróleo, apenas serviu para complicar a questão. Pela confusão entre o papel das transferências governamentais com regulamentação do mercado de trabalho, houve um preço a ser pago, dado pela desarticulação do binômio salário mínimo-productividade. Recapitulando, a quantidade $q_{SM} - q_c$ tem a propriedade de elevar o salário de mercado acima do nível anterior, sem o indesejável efeito de reduzir o nível de emprego.

4 - Investimento

Todavia existem dois outros argumentos mais realistas para que se inicie a pensar numa transformação radical na forma de enfrentar a desigualdade no Brasil. O primeiro deles fundamenta-se no exame da experiência histórica em termos de absorção da mão-de-obra, conforme ilustra a Tabela 1.

Ela mostra os coeficientes de elasticidade média no arco da relação emprego/renda.⁷ Os 0,49 da agricultura no período 1949-59, por exemplo, informam que, para aumentos de 1% no PIB, o emprego reagiu, elevando-se em menos de meio ponto percentual. Como se vê em continuação, apenas nos anos 60 houve resposta vigorosa no próprio emprego agrícola. A partir de então, ocorreu um movimento de retirada do homem do campo, prevendo-se que tal tendência se mantenha na atual década.

⁷ A elasticidade média no arco é dada por $([E_f - E_i]/[E_f + E_i])/([Y_f - Y_i]/[Y_f + Y_i])$, onde E é o emprego, Y é o PIB, e os subíndices i e f apontam os anos inicial e final dos períodos assinalados na Tabela 1.

Tabela 1

Elasticidade média no arco da relação emprego/renda, no Brasil — 1949-10

SETORES	1949-59	1959-70	1970-80	1980-90
Agricultura	0,49	1,76	-0,33	-0,29
Indústria	0,60	0,54	1,37	1,41
Serviços	0,68	0,57	1,16	3,91
Total	0,43	0,35	0,61	2,00

SETORES	1990-00	2000-10	1949-10
Agricultura	-0,14	-1,27	-0,04
Indústria	-0,51	0,90	0,89
Serviços	0,94	0,36	1,02
Total	0,33	0,27	0,73

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Matriz de relações intersetoriais**: Brasil — 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE. **Contas nacionais do Brasil: 1947-1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. (Mimeo).

IBGE. **Brasil. Novo sistema de Contas nacionais**: Metodologia e resultados provisórios — ano-base 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1988. v. 1, n. 10. (Mimeo).

IBGE. **Matriz de insumo-produto**: Brasil — 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

IBGE. **Contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Matrizes de insumo-produto de 1990-98**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000/2001. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Matrizes de insumo-produto de 1995-1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores, 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

RIJCKEGHEN, W. van. **Relações interindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1967. Cadernos IPEA, 2).

Ainda na Tabela 1, vê-se que a dificuldade no equacionamento do problema da equidade é ilustrada pela maciça presença de relações inelásticas para a maioria dos períodos dos setores. De fato, do total de 28 coeficientes nela reproduzidos, apenas oito são maiores do que a unidade. Em outras palavras, o emprego exhibe relação elástica no que diz respeito à renda no Brasil apenas como exceção, em termos tanto de períodos do desenvolvimento econômico nacional quanto de distribuição setorial do trabalho social.

Avançando para o segundo argumento, deve ser registrado que esperar que essas “fatalidades” tecnológicas sejam revertidas em plena era da Terceira Revolução Industrial é exagerado otimismo, como sugerem outros indicadores. Na Tabela 2, vê-se a essência do segundo argumento. Ele diz respeito ao reconhecimento da impossibilidade radical de absorção pelo sistema produtivo de vultosos excedentes de mão-de-obra durante todo o período referido, inclusive as estimativas para 2010. Ou seja, na medida em que a relação capital/produto se eleva, torna-se cada vez mais proibitivo pensar em absorver a mão-de-obra ociosa e a ingressante no mercado de trabalho com a produtividade próxima à média da economia. Se, em 1949, se fazia necessário investir 0,35% do PIB para elevar o emprego em 1%, os saltos na acumulação de capital, no Brasil, levaram a que essa cifra duplicasse durante os anos 60 e, durante a “Década Perdida”, crescesse mais 40%.

Parece evidente que a preocupação dos atuais defensores do nacional-desenvolvimentismo, desejosos do relançamento da atividade econômica por meio da fixação, pelo Banco Central, de taxas de juros mais reduzidas, não se pode justificar em termos de retomada do emprego. Para colocar, por exemplo, 10 milhões de cidadãos em postos de trabalho efetivos, juros baixos deveriam financiar investimentos que teriam abarcado 23,5% do PIB do País no ano 2000. Ou seja, mais de 15% acima da atual taxa de investimento nacional. Obviamente, as perspectivas para 2010, ainda que a razão investimento adicional/PIB não seja excessivamente discrepante da dos anos 80 e 90, não são mais alentadoras.

Tabela 2

Produto Interno Bruto, estoque de capital e emprego e fração do PIB gasta em investimento para elevar o emprego em 1% no Brasil — 1949-2010

ANOS	PIB (R\$ milhões)	CAPITAL (R\$ milhões)	EMPREGO (1 000 trabalhadores)	INVESTIMENTO NOVO COMO FRAÇÃO DO PIB (%)
1949	84 781	29 674	15 846,6	0,35
1959	168 739	104 176	21 059,7	0,62
1970	335 935	242 266	26 640,0	0,72
1980	768 474	816 027	43 378,5	1,06
1990	898 407	1 340 265	59 361,5	1,49
2000	1 167 117	1 769 859	64 617,3	1,52
2010	1 663 988	2 579 181	71 079,0	1,55

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Matriz de relações intersetoriais**: Brasil — 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE. **Contas nacionais do Brasil: 1947-1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. (Mimeo).

IBGE. **Brasil. Novo sistema de contas nacionais**: Metodologia e resultados provisórios — ano-base 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1988. v. 1, n. 10. (Mimeo).

IBGE. **Matriz de insumo-produto**: Brasil — 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

IBGE. **Contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Matrizes de insumo-produto de 1990-98**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000/2001. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Matrizes de insumo-produto de 1995-1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores, 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

MARQUETTI, Adalmir. Estimativa do estoque de riqueza tangível no Brasil, 1950-1998. **Nova Economia**, Belo Horizonte, UFMG, v. 10, n. 2, p. 11-37, dez. 2000.

Ou seja, não se pode pensar que os excedentes populacionais que gravitam em torno do “setor atrasado”, caracterizadores dos mercados de trabalho lewisanos⁸ (Lewis, 1954), serão absorvidos de acordo com o cânone retirado da experiência desenvolvimentista dos países capitalistas avançados. Parece que a incorporação de tecnologia moderna, a abertura da economia e os limites termodinâmicos, associados à transformação de insumos em produtos, impedem que os excedentes de mão-de-obra venham a ser absorvidos dentro dos atuais contornos da vida societária.⁹ Como colocar pressão sobre o mercado de trabalho no Brasil, na tentativa de colar os ganhos de produtividade aos aumentos salariais e pressionar pela equalização salarial entre os diferentes setores econômicos? Primeiramente, reduzindo a jornada de trabalho. Depois, reduzindo o tempo de contribuição para as aposentadorias, ou seja, permitindo o acesso à aposentadoria por parte de trabalhadores mais jovens. Terceiro, estabelecendo um preço sobre o acesso prematuro ao mercado de trabalho e ao segundo emprego. Quarto, aumentar os períodos de férias anuais. Por fim, comparativamente a todas as medidas recém-citadas, a menos paliativa consiste na criação do Serviço Municipal. Nesse caso, redirecionando 5% do PIB, ou seja, não mais do que os atuais superávits primários governamentais, pode-se encaminhar mais de 20 milhões de pessoas para as atividades formais, devidamente comprovadas com contra-cheques emitidos pelo Tesouro Nacional.

Para o problema da destruição do emprego no Primeiro Setor, uma vez que, na sociedade capitalista, falta de emprego significa ausência de renda, a solução quase tautológica consiste na criação de empregos no Segundo e no Terceiro Setores. Com efeito, seus requisitos de capital por unidade de mão-de-obra são menores do que nos setores produtores de bens agrícolas e industriais.

Todavia o excedente de mão-de-obra lewisiano de 20 milhões de trabalhadores não será absorvido nas formas tradicionais. Nem o crescimento extraordinário da agricultura transgênica, nem novos ímpetus industrializantes resolverão o problema da absorção do estoque e sua expansão vegetativa de desempregados. Para resolvê-lo, torna-se necessária a criação de novos mecanismos distributivos, cujos principais defensores devem ser precisamente os trabalhadores empregados e organizados. Dezenove milhões, novecentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e sete empregos adicionais no Brasil

⁸ Notadamente, os que caracterizam as economias com excedente de mão-de-obra, cuja curva de oferta de trabalho é horizontal, em contraste às curvas verticais que se podem inferir da visão smithiana.

⁹ A menor relação de insumo-produto setorial encontra-se na agricultura. Alojando 20 milhões de trabalhadores adicionais, ela requeria um terço do valor do PIB para gastos com insumos.

contemporâneo constituem o dobro da meta estabelecida no manifesto eleitoral que levou o Governo Lula ao poder. Também representam 30% do atual contingente de trabalhadores empregados no País. Além das vagas já preenchidas no mundo do emprego do setor privado, do Governo e das ONGs, esses 20 milhões de pessoas iriam alojar-se no, assim inaugurado, Serviço Municipal, também associado a baixo nível de investimento por emprego gerado. Talvez sobrassem vagas, chegando-se a um razoável patamar de paz social com menos de 5% do PIB, mesmo sem realocar diretamente os 5% atualmente gastos com a usura.

5 - Políticas públicas

Nessas circunstâncias, impõe-se a pergunta: o Brasil pode adotar esse pacote de medidas em seu próprio benefício? Ou seja, ele poderia conferir à extensão dos mercados de trabalho locais os foros privilegiados na geração de emprego e renda? Os mercados locais, ainda que abrangendo segmentos exportadores de serviços, como o comércio e os transportes, serão o locus do Serviço Municipal, atividade elevadora da produtividade agregada do sistema, pois passariam a disciplinar a vida societária com a produção maciça de serviços de limpeza urbana, de controle das águas internas (inclusive alagamentos de pistas de rolamento urbano), de controle da fluidez do trânsito nas cidades e estradas, de reflorestamento das margens dos regimes de água, etc. A exitosa experiência dos atuais agentes comunitários de saúde pode ser multiplicada, a fim de atender a todas as demais demandas associadas à desigualdade brasileira: da nutrição à educação, da moradia à justiça.

Considerando que o livre jogo das forças de mercado não exhibe condições de absorver os excedentes de mão-de-obra, a ação pública, com a utilização de seus instrumentos de condução de política econômica, pode influenciar a distribuição da renda sob diversas formas. Por exemplo, no mercado de bens, ela tradicionalmente atua com tributação ou com o gasto público. Sob o ponto de vista macroeconômico, ainda que haja desdobramentos quanto à utilização de instrumentos, a política do governo ocorre nos mercados de bens, monetário (e de títulos), cambial e no de fatores, particularmente o de trabalho. Todavia a dimensão distributiva do sistema, considerados todos os aspectos econômicos e políticos envolvidos, não costuma ser realçada mesmo no tradicional fluxo circular da renda. Este exhibe tanto as relações de compra e venda de bens e serviços quanto as transações de compra e venda dos serviços dos fatores produtivos. Em outras palavras, delineiam-se claramente os fluxos verificados, por um lado, entre produtores e consumidores e, por outro, entre produtores e

proprietários dos fatores produtivos. A omissão dos fluxos que ocorrem entre os proprietários dos fatores e os consumidores dos bens e serviços de uso final esconde a ação dos chamados mercados políticos, cujo funcionamento se expressa na definição das estruturas do gasto público e da tributação.¹⁰

No mercado de bens, a ação pública, potencializada por meio da política fiscal (gasto), apresenta algumas peculiaridades na produção de bens públicos e semipúblicos, cuja provisão (ainda que não necessariamente a produção) é absolutamente indelegável (Monteiro, 1982, 2004). Com efeito, o papel do governo na sociedade organizada consiste em criar mecanismos para a provisão de informação para os demais agentes econômicos, bem como fiscalizar sua ação deletéria aos interesses coletivos. Numa sociedade em que a informação circula livremente, as possibilidades de alocação mais eficiente dos recursos ficam expandidas. Mais informação expande as fronteiras comerciais e tecnológicas da escolha empresarial, ao mesmo tempo em que oferece maior mobilidade aos fatores de produção e, com isso, expande as possibilidades de consumo. Ademais, a criação de salvaguardas ao cumprimento dos contratos de garantia dos direitos de propriedade implica custos incididos por parte do setor público, que, quando não assumidos, levam à ação dos agentes independentes, constituindo-se em desvio de recursos que poderiam, alternativamente, receber uso produtivo. A criação de departamentos de controle e segurança é o mais eloqüente elemento para se avaliar o significado de custos de transação. Numa sociedade desigualitária, com enormes diferenciais de renda entre os indivíduos e uma cultura de incentivo ao consumo suntuário, as reduzidas opções de empregos produtivos, além do mais, dada sua escassez, impelem um número expressivo de indivíduos a desenvolverem atividades econômicas improdutivas ou destrutivas (Baumol, 1990).

Se há algum lado bom nesse padrão de uso dos recursos destinados a colocar grades nas janelas ou cadeados nos portões e produzir tenazes para quebrá-los, este reside na forma com que a sociedade se organiza para se precaver contra invasões de caroneiros (Bêni, 2004). Nesse sentido, os assaltantes reais e potenciais desempenham a função social de alertarem a sociedade para a importância da oferta de mecanismos fiscalizadores dos contratos e da criação de auditorias sociais. Ainda que seja exacerbado otimismo encaminhar a questão nesses termos, torna-se evidente o dilema de escolha social aqui envolvido. As grades apenas deixarão de desviar recursos sociais quando as famílias voltarem a ter assegurado seu direito constitucional à inviolabilidade

¹⁰ A modelagem macroeconômica que utiliza a matriz de contabilidade social gera um fluxo circular da renda que destaca essas dimensões.

do lar. Um número expressivo de indivíduos dispor-se-ia a pagar pequena fração de sua renda para livrar-se do assalto e do atropelamento no trânsito.

Hoje, a sociedade brasileira — cujo PIB originário do sistema industrial se encontra entre um dos maiores do mundo — mostra acentuadas assimetrias em outros sistemas cuja responsabilidade cabe ao setor público. Tal é o caso da provisão de serviços de Justiça, do policiamento de ruas às oportunidades educacionais nos presídios, passando, obviamente, por respostas expeditas no andamento de querelas judiciais. Outro exemplo paradigmático — no caso de um bem semipúblico — é o sistema educacional. Com efeito, a educação é sabidamente um instrumento de redução dos custos de transação em uma sociedade, permitindo a proteção aos direitos de propriedade. Hoje, se os atuais direitos estão sendo contestados em diversos *fronts*, é preciso pensar em reformá-los. A educação é o instrumento mais adequado para encaminhar a discussão dos contornos das reformas propostas. A ação anti-social do indivíduo desviante será penalizada pelas forças da cidadania, o que é feito pela consciência do estar-no-mundo dada pela educação humanizadora. Em resumo, a educação ensina o indivíduo a descobrir seus objetivos na vida e a lutar por eles.

Claramente, esses encaminhamentos estão sugerindo a expansão vigorosa da ação pública no mercado de bens e serviços, com o lado do gasto da política fiscal, ou seja, como a provisão (e eventual produção) de serviços. Outro aspecto importante do desenvolvimento baseado na prestação de serviços é que estes se direcionam a mercados locais. Apresentando limites para serem exportados, por serem consumidos no preciso momento da produção, os serviços oferecem perspectivas alentadoras num país endividado internacionalmente, em que boa parte do discurso das classes dominantes se volta a contemplar a captura de dólares no exterior, com a exportação de tudo o que for possível.

Tampouco é exercício de futurologia cogitar dos destinos de uma sociedade em que mesmo a produção de serviços ocorra com baixíssimo grau de intervenção do trabalho vivo humano, cuja produtividade venha a ser potencializada pela Revolução da Informática. Um exemplo elucidativo dessas possibilidades reside na existência de programas de inteligência artificial destinados a fazer análise de crédito bancário. Talvez seja nesse entorno que reside o maior desafio a ser equacionado pelas sociedades modernas: sem emprego, de onde virá a renda compatível com ocupação em atividades desenvolvidas em larga escala? Que forças vivas da sociedade estão gerando, no presente, as leis da distribuição do produto que deverão vigorar num futuro mediato?

Passando a examinar as possibilidades de criação de política econômica no mercado monetário, cabe sugerir que ações redistributivas poderiam originar-

-se de determinados perfis de oferta de crédito, para não falar na problemática forma de emitir dinheiro novo. O crédito subsidiado pode constituir-se em elemento favorável a redistribuições, ainda que sinalizando para a condução de empreendimentos econômicos de pequeno porte. Em boa medida dos casos, isso seria um incentivo à criação de microempresas e, *ipso facto*, perda de vantagens de escala. Emprego e auto-emprego em estabelecimentos de pequena escala, vale dizer, ineficientes, constituem a visão não virtuosa do igualitarismo. Assim, perdem-se ganhos de produtividade, e criam-se outros problemas ao sistema, como é o caso presente da economia brasileira. Nesta, a produtividade cresce a taxas muito reduzidas, em virtude do vigoroso crescimento tanto do estoque de capital quanto dos bens de consumo intermediário. Todavia associações entre segmentos do Serviço Municipal com a promoção do empreendedorismo podem, num processo de transformação da quantidade em qualidade, trazer resultados importantes. Nesse modelo de crédito subsidiado, na linha de argumentação de Lewis (1954), a criação de meios de pagamento é absorvida pelo sistema em pouco tempo, em virtude do aumento da renda por ela ocasionado.

Também no mercado de câmbio, o Governo poderia atuar com a intenção de redistribuir a renda. Na verdade, pelo menos três aspectos merecem referência relativamente à ação no *front* externo, particularmente aceitando-se a premissa de que seja mantido o sistema de taxa de câmbio flexível. Dois deles dizem respeito à implementação da política propriamente dita, e o terceiro concerne às conseqüências previsíveis de mudanças de preços relativos da relação salário/câmbio.

O primeiro resulta da implementação da política de câmbio de caráter eminentemente ativo. Trata-se da criação de uma política de favorecimento cambial para as exportações de empresas que empregam mais do que a média da economia e medidas simétricas para as importações que destroem o emprego local. Além de ser inviável pensar na autarquização do Brasil, dados a herança de dependência ao capital produtivo e às finanças dos países capitalistas avançados e o poder de barganha reduzido em virtude da dívida externa e da OMC, há possibilidades, bastante exercitadas no passado econômico do País, de corrupção com a especulação relativa ao câmbio artificialmente criado. Por isso, medidas que permitem a corrupção no Brasil deveriam ser concebidas com fortes componentes de avaliação dos programas precipuamente voltados a impedi-las. O segundo aspecto, alternativo ao primeiro, dados esses argumentos sobre a corrupção, diz respeito à regulamentação do mercado externo por meio da criação de barreiras não tarifárias a elencos de produtos particularmente delicados em matéria de destruição de empregos, como já foi o caso da lavoura e da industrialização do algodão.

O terceiro aspecto relacionado com o *front* externo diz respeito à elevação da participação dos trabalhadores na renda nacional, suas conseqüências sobre os preços relativos domésticos, a inflação daí decorrente e, como tal, os desdobramentos sobre a taxa de câmbio. Considere-se uma equação macroeconômica de formação do preço por meio de um *mark-up* destinado a garantir a manutenção da participação dos lucros na renda nacional. Em conseqüência, a elevação da participação dos trabalhadores leva a uma desvalorização do câmbio, *ergo*, a um aumento das importações, com novas desvalorizações. Esse processo deve ocorrer até que o novo *mark-up* seja absorvido como o padrão de formação de preços industriais, ou que ganhos de produtividade venham a recompô-lo, com a manutenção do mesmo nível de salários reais. Ou seja, diluir os custos salariais sobre o nível geral de preços e contaminar o câmbio significa, num segundo momento, aumentar a absorção doméstica em detrimento da externa, até que recomposições do *mark-up* ou ganhos de produtividade retidos pelos capitalistas restabeleçam a relação salário/câmbio de equilíbrio do mercado de divisas.

Por fim, pelo lado da oferta, as possibilidades de o Governo agir redistributivamente no mercado de trabalho consistem em regular o salário mínimo. Para iniciar a discussão, convém deixar claro que aquilo que a legislação batizou de salário mínimo, no Brasil, não condiz com o conceito econômico. Parece que, durante certo tempo, a sociedade pensou em salário mínimo como sendo uma medida invariável de valor, um sinalizador macroeconômico destinado a vacinar alguns agentes contra a inflação. Tais distorções provocaram no sistema o fato de o salário mínimo não ter sido usado para regular o mercado de trabalho. Com efeito, hoje em dia, parece que ele tem diversas conseqüências sobre as variáveis relevantes do sistema, exceto a de induzir ao crescimento da produtividade da empresa individual. Esse quadro pode ser vencido com as implicações trazidas pelo exame da Figura 1.

6 - Considerações finais

Desde os anos 50, a ciência econômica identificou os contornos da inércia da ação coletiva no trato das invasões de sistemas sociais saudáveis por parte de caroneiros. Nesse contexto, ela reconheceu na política a possibilidade de eliminá-los ou transformá-los, usando mais informação no sistema eleitoral, em benefício da sociedade. Obviamente, alcançado o milagre da formação do consenso político em termos de que o problema existe e tem cura, as ações não se constituem em desafios simples a serem vencidos em pouco tempo. Ainda que os trabalhadores detentores de empregos ativos sejam tão interessa-

dos na questão quanto os desempregados, as mudanças implicadas pela criação de 20 milhões de empregos são de tal monta que a própria sugestão aqui feita não poderia ser implementada instantaneamente. Mazelas econômicas, como a inflação e mesmo a corrupção no uso dos recursos alocados para o Serviço Municipal, far-se-iam presentes quase simultaneamente à implantação do programa de emprego. Mas o que importa reter é que montantes de grande vulto já foram realocados na distribuição funcional da renda, quando quase 5% do PIB foram retirados de seus usos tradicionais e convertidos em excesso de arrecadação pública sobre o gasto público (exceto o pagamento de juros), e convertidos precisamente no pagamento aos credores da dívida pública nacional. Essa disciplina fiscal do Governo Federal está impressionando o mundo. Depois de anos de descalabro, o fato de as autoridades monetárias do País conseguirem um superávit de quase 5% do PIB com dinheiro público é algo digno de elogios pela comunidade financeira internacional.

Por que a comunidade nacional deve entusiasmar-se com isso? Porquanto, ao estilo da topologia, o que ficou comprovado foi a possibilidade de realocações de grande magnitude em tempos de paz. Não existe nenhuma razão para se pensar que as realocações ocorrem apenas quando a economia está crescendo. Tempos de guerra, revoluções (Bronfenbrenner, 1964) e tragédias naturais mostram que as sociedades aprendem a conviver com menor disponibilidade de bens e serviços. Todavia a economia brasileira não pode ser pensada como presa desse tipo de fenômeno. O PIB do País, ainda que apresentando decréscimos em um ou outro dos últimos anos, jamais mergulhou aprofundadamente na depressão. Essa prova de dinamismo e estabilidade do aparato produtivo torna-se mais eloqüente ao se considerar que os vizinhos Argentina e Uruguai viveram quedas muito expressivas em sua produção anual de bens e serviços.

A criação de um fundo nacional de emprego alcançando 1% do PIB anualmente, num período de cinco anos, requer mágica talvez mais potente do que as ações que permitiram a criação do invejável (sob o ponto de vista do acerto de contas com o FMI) superávit primário. Mas política e projetos nacionais devem andar de mãos dadas, a fim de que as atividades produtivas sobrepujem as destrutivas e as de *rent seeking*. Um dos fatores que impede a ação coordenada na busca da criação do projeto nacional igualitarista é a falta de perspectiva de que o pior possível está longe de ser alcançado. Teria dito Umberto Eco: “Não espereis demasiado do fim do mundo”, o que oferece boa dimensão do prejuízo possível, em caso da omissão da classe política em ver alternativas para o ambiente de divórcio entre a estagnação e mesmo o progresso econômico e a solução das mazelas sociais, do desequilíbrio entre as capacidades produtivas do sistema em aumentar a produção e suas capacidades distributivas. Tal divórcio apresenta duas dimensões problemáticas.

A primeira consiste em oferecer emprego que possibilite existência digna a montantes populacionais que — parece — exigiriam recursos produtivos não disponíveis no País para serem incorporados ao mercado de trabalho em condições de produtividade igual à média já alcançada pela economia. Nesse contexto, existe uma pesada incompreensão por parte de diversos agentes sociais no Brasil, que consideram intrinsecamente absurdo o fato estrutural de que a participação dos impostos no PIB seja de cerca de 35%. Mesmo que essa participação chegasse a 1.000%, isso não significaria o fim do setor privado, pois este atuaria na produção de bens a serem adquiridos pelo próprio setor público e pelas famílias que iriam viver das transferências. Ocorre que, quando se fala em redistribuição de renda, ninguém se apresenta como doador. Ao contrário, sempre surgem argumentos contestando a oportunidade da medida. Parece que as redistribuições bem-sucedidas ocorrem, com assustadora frequência, associadas a guerras ou a revoluções, particularmente quando a classe política se mostra incapaz de articular o diálogo entre os diversos grupos de interesse.

A segunda dimensão do divórcio entre a produção e a distribuição considera o argumento usado com frequência contra programas distributivos. Este é a possível queda na taxa de poupança da economia, pois, alegadamente, os pobres gastam mais proporcionalmente à sua renda do que os ricos. A verdade é que, atendendo a preceitos de igualdade, a distribuição de renda pode ser modificada, em prejuízo dos ricos e a favor dos pobres, sem comprometer a taxa de poupança da economia, desde que o Governo faça a intermediação entre a poupança e o investimento por meio dos impostos, particularmente o Imposto de Renda. Ademais, pode-se esperar que o crescimento econômico associado às virtuosidades distributivas derivadas do aumento da produtividade agregada do sistema tenha precisamente o efeito de, elevando a renda do primeiro quartil, também elevar a taxa de poupança nacional.

Com efeito, a mais simples definição de renda proposta pelos economistas contempla salários, juros, lucros e aluguéis. O Imposto de Renda, que obviamente deve incidir sobre essas quatro categorias econômicas, existe com o indisfarçado objetivo de, ao prover recursos destinados ao financiamento dos gastos públicos, retirar renda de quem a tem. Ocorre que, em todas as sociedades modernas, um dos objetivos sociais, declaradamente, é diminuir a desigualdade na distribuição da renda entre as pessoas. Nas sociedades capitalistas, nas quais é o mercado que define a distribuição primária, utiliza-se o Imposto de Renda da pessoa física, para tornar mais igualitários os recursos disponíveis pelos indivíduos para financiarem seu consumo ou aumentarem seu patrimônio.

Todavia alcançar igualitarismo pró-ativo em termos de desenvolvimento humano exige deliberação e habilidade. Com efeito, as sociedades muito pobres, como é o caso da Índia contemporânea, são igualitárias, mas o que se

deseja para o Brasil é igualitarismo que favoreça o desenvolvimento humano e, com ele, o crescimento econômico. Apenas desse modo, o diâmetro do círculo virtuoso que consta na primeira epígrafe deste ensaio poderá ser expandido.

Referências

BAUMOL, William J. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. **American Economic Review**, Nashville, TN, American Economic Association, v. 57, n. 3, p. 445-426, June 1967.

BAUMOL, William J. Entrepreneurship: productive, unproductive, and destructive. **Journal of Political Economy**, Chicago, Ill., University of Chicago, v. 98, n. 5, p. 893-921, Oct 1990.

BÊRNI, Duílio de Avila. As três dimensões do trabalho social e as três óticas de cálculo do valor adicionado. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Editora 34, v. 23, n. 3 (91), p.63-77, jul./set. 2003.

BÊRNI, Duílio de Avila. **Teoria dos jogos**: jogos de estratégia, estratégia decisória, teoria da decisão. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2004.

BRONFENBRENNER, Martin. The appeal of confiscation in economic development. In: RANDALL, Laura (Ed.) **Economic development**: evolution or revolution? Lexington: D. C. Heath, 1964. p. 55-74.

FAJNZYLBER, Fernando. Latin American industrialization: from the “black box” to the “empty box”. **International Social Science Journal**, Paris, UNESCO, v. 2, n. 8, p. 469-475, Nov 1988.

IBGE. **Matriz de relações intersetoriais**: Brasil — 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

IBGE. **Contas nacionais do Brasil: 1947-1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. (Mimeo).

IBGE. **Brasil. Novo sistema de contas nacionais**: Metodologia e resultados provisórios — ano-base 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1988. v. 1, n. 10. (Mimeo).

IBGE. **Matriz de insumo-produto**: Brasil — 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

IBGE. **Contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Matrizes de insumo-produto de 1990-98**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000/2001. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Matrizes de insumo-produto de 1995-1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: mar. 2001.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores**, 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

KEYNES, John Maynard. As possibilidades econômicas de nossos netos. In: SZMRECSANYI, Tamás (Org.). **Keynes**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 150-159. (Economia).

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, Nashville, TN, American Economic Association, v. 45, n. 1, p. 1-28, Mar 1955.

LEWIS, William Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. **Manchester School**, Manchester, UK, Manchester University, v. 22, p. 139-191, 1954.

MARQUETTI, Adalmir. Estimativa do estoque de riqueza tangível no Brasil, 1950-1998. **Nova Economia**, Belo Horizonte, UFMG, v. 10, n. 2, p. 11-37, Dez. 2000.

MILANOVIC, B. True world income distribution, 1988 and 1993: first calculation based on household surveys alone. **Economic Journal**, London, UK, Blackwell, v. 112, n. 476, p. 51-92, Jan 2002.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Fundamentos da economia pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Lições de economia constitucional brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

POCHMANN, Marcio et al. (Org.). **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. (Atlas da Exclusão Social, 5).

RAMIREZ, Alejandro; RANIS, Gustav; STEWART, Frances. **Economic growth and human development**. Oxford: Queen Elisabeth House, 1998. (Working Paper, 18).

RIJCKEGHEN, W. van. **Relações interindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1967. (Cadernos IPEA, 2).